

Relatório de Gestão 2018

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.





Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos a V.^{as} Ex.^{as}, o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2018.

1. Enquadramento Macroeconómico 2018

Mundo

O ano de 2018 ficou marcado pela incerteza e volatilidade económica, por correções nas principais bolsas de valores, por grandes flutuações no preço do petróleo e pelo agravamento de tensões geopolíticas. No ano passado, assistimos a um aumento do protecionismo, com os EUA e a China a intensificarem uma guerra comercial e a imporem, mutuamente, tarifas comerciais sobre a importação de produtos, e a contribuírem para o aumento da aversão ao risco entre os investidores.

Na Europa, a União Europeia e o Governo do Reino Unido chegaram a acordo para a saída do Reino Unido da União, mas o executivo britânico não conseguiu obter apoio parlamentar, agravando a incerteza em torno do Brexit à medida que o prazo se aproxima do fim. Por seu turno, a Comissão Europeia e o Governo italiano entraram em desacordo sobre a proposta de deficit inscrita no orçamento por subsistirem dúvidas quanto ao compromisso italiano no que respeita à consolidação das suas finanças públicas.

De modo geral, o ano ficou marcado pelo abrandamento económico, com os principais blocos a entrarem na última fase do ciclo económico. A **Economia Mundial** começou 2018 com uma nota positiva, impulsionada pela recuperação da indústria e comércio a nível global, mas, à medida que a confiança dos investidores perdeu vigor, também a recuperação perdeu fôlego. A crescente incerteza resultou na revisão em baixa das estimativas iniciais para o crescimento do PIB mundial, que encerrou o ano em +3,7% (vs +3,8% em 2017).

A **Zona Euro** teve um comportamento dececionante em 2018 e o crescimento económico ficou aquém do esperado, refletindo uma mudança no sentimento económico. Após um forte desempenho em 2017, a atividade económica foi penalizada pelos vínculos comerciais com a China e pela nova legislação ambiental sobre os motores a diesel, que resultou em cortes na produção e na redução das exportações de veículos enquanto estes eram homologados à nova regulação. O ritmo de crescimento tem vindo gradualmente a abrandar e a taxa de crescimento a cair para a taxa de crescimento potencial, à medida que o ciclo económico amadurece. Como tal, em 2018 o crescimento real do PIB caiu de +2,4% em 2017 para +1,8%.

Em 2018 os **Mercados Emergentes** seguiram a tendência global. Alguns países com desequilíbrios económicos crescentes (ex. Brasil, Argentina e Turquia) estiveram sobre pressão financeira dos investidores por não ser óbvia a sua capacidade de ajustamento ao aumento das taxas de juros dos EUA. Contudo, no final do ano as expetativas económicas melhoraram.

Portugal

Em Portugal, a atividade económica manteve-se robusta com o PIB a crescer +2,1% , impulsionado principalmente pela procura interna e, em particular, pelo crescimento continuado da despesa privada. O crescimento económico foi apoiado por uma melhoria gradual das condições do mercado de trabalho, que apresenta taxas sólidas de criação de emprego e o nível de desemprego mais baixo em 16 anos (7,0%) . Nos últimos anos, a economia portuguesa tem beneficiado de uma melhoria da competitividade, com uma importância crescente dos setores do turismo, automóvel e imobiliário.

O consumo privado manteve-se particularmente dinâmico, beneficiando dos níveis elevados de confiança dos consumidores e das condições de financiamento favoráveis. De forma global, as condições de crédito ao consumo continuaram em grande parte favoráveis, com as taxas de juro a permanecerem em níveis considerados baixos.

África

A performance global macroeconómica observada durante 2018 no **Continente Africano**, foi globalmente positiva, com o crescimento a regressar e as pressões inflacionárias gradualmente a desaparecer. O Continente Africano registou um crescimento do PIB em +3,5%, mas com bastante disparidade entre as diversas regiões. O Este de África continua a ser a região com maior dinamismo económico, tendo o PIB crescimento +5,7%, sendo que os países mais expostos às commodities, observaram uma subida generalizada dos preços durante o ano de 2018.

Em **Angola**, devido sobretudo à exposição da economia a baixos níveis de produção de petróleo e à menor atividade económica do setor não petrolífero (efeito 'spillover'), a recessão traduziu-se num crescimento económico negativo durante o ano de 2018, no valor de -1,1%. No entanto, as reformas introduzidas ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado, levam a que o FMI esteja atualmente a prever um crescimento económico de 0,4% em 2019, seguido de uma subida para 2,9% em 2020.

No que se refere a **Moçambique**, a exposição da economia aos projetos de investimento futuros em Oil & Gas, os quais ainda não estão numa fase cruzeiro, fez com que o crescimento económico fosse de apenas 3,5% em 2018. No entanto, o gabinete de estudos económicos do banco



Standard considera que a economia de Moçambique bateu no fundo no ano passado, recuperando para 3,7% e 3,9% em 2019 e 2020, respetivamente.

2. Atividade da MDS RE

Os últimos anos introduziram desafios significativos no sector de seguros e resseguros relacionados não só com o fraco desempenho económico mundial mas também com as alterações verificadas na industria se(re)guradora, fruto da necessária adaptação nos processos e capital humano decorrentes das alterações digitais, culturais, regulamentares e da forte concentração das se(re)guradoras.

Na realidade, a necessária adaptação das capacidades tecnológicas para uma economia digital, a adaptação de políticas e sistemas de distribuição para atender às necessidades e preferências dos clientes em evolução (como Blockchain, Insurtech) as alterações regulamentares, e os altos níveis de fusões e aquisições no sector de resseguros/seguros europeus (levando a um número menor de players, concentração de capacidades e conseqüente menor recurso a resseguro) originam factores de incerteza e volatilidade no negócio o que implicou uma gestão proactiva dos riscos e oportunidades.

As perdas catastróficas em 2017 não impactaram grandemente os preços das renovações em 2018, tendo esta estabilidade de preços sido favorável para o exercício de 2018.

Apesar do contexto volátil do mercado, e o seu reflexo na procura de resseguro, o ano de 2018 foi para MDS Re, um ano excelente apresentando um crescimento muito significativo nos resultados operacionais.

Este aumento foi devido essencialmente à continuação da aposta nos mercados de Portugal e Africa, em especial em Angola e Moçambique, ao compromisso estratégico de consolidação da marca, orientada para angariação e vinculação de clientes, para o reforço de relacionamento com seguradoras e resseguradores nas diversas geografias e para o desenvolvimento de produtos, concomitantemente com o foco na eficiência operacional e na qualidade de serviços.

Assinalamos a entrada de novos negócios facultativos e a consolidação de negócios que conseguimos junto dos nossos clientes, em que se destaca os Tratados da Emose em Moçambique, o tratado de Saúde da BIC e o aumento significativo da carteira da NOSSA em Angola.

Continuamos a desenvolver várias ações de cross-selling com o Grupo MDS, em especial de suporte técnico a grandes clientes pertencentes à MDS Angola, Moçambique e à MDS Portugal, neste último caso particularmente nos ramos de Responsabilidade Civil e Linhas Financeiras.

Desempenho operacional da MDS RE

Num contexto de melhoria das condições económicas a nível mundial, a MDS RE apresentou em 2018 uma excelente performance, registando um volume de negócios de 496 mil euros, o qual representa mais do dobro do volume de negócios observado no ano anterior. Este aumento foi devido essencialmente à atividade da empresa desenvolvida nos mercados africanos.

Quanto ao resultado operacional, e como consequência do aumento da atividade da empresa, o mesmo cifrou-se em 172 mil euros o que compara com 352 euros registados em 2017.

Denotando-se uma operação cada vez mais eficiente e direcionada por parte da empresa, o seu desempenho em 2018 permitiu assim que fosse obtido um Resultado Líquido de 146 mil euros o que compara com um resultado negativo de 14 mil euros verificado em 2017.

3. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2018, a MDS RE obteve um resultado líquido positivo de 146.278,29 euros (cento e quarenta e seis mil duzentos e setenta e oito euros e vinte e nove cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que este resultado seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:	7.313,91 €
Resultados Transitados:	138.964,38 €
	<u>146.278,29 €</u>

4. Perspetivas para 2019

No ano de 2019, a MDS RE continuará a operar de acordo com os seguintes pilares estratégicos:

- Consolidação da marca
- Competitividade
- Expansão do negócio internacional



Apesar do contexto económico desafiante que se prevê para o ano de 2019, este deverá ser, para a MDS Re, mais um ano de evolução suportado nas iniciativas de desenvolvimento de negócio, com foco quer expansão internacional para novas geografias, como a China e a América do Sul, na estratégia de vinculação e aumento da carteira de Clientes, orientada para o reforço de relacionamento com seguradoras e resseguradores nas diversas geografias, pelo reforço da oferta com soluções que acrescentem valor e nos diferenciem e pela entrada em novos segmentos, de que são exemplo o Oil & Gas, em Moçambique e em Angola.

A nível operacional continuaremos a apostar no melhoramento da eficácia operacional, através do investimento em processos e em recursos humanos.

Porto, 21 de junho de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alvadia)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º – 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação
510 351 808

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2018

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Montantes expressos em Euros)

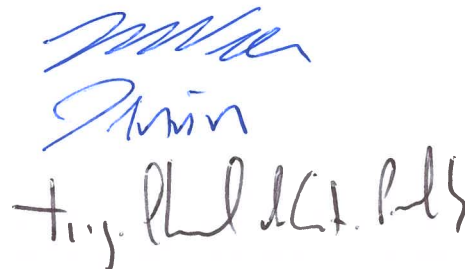
ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2018	31.Dezembro.2017
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	-	-
Participações financeiras - outros métodos	7	9 114,77	9 114,77
		<u>9 114,77</u>	<u>9 114,77</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	5 e 8	1 216 583,51	517 952,62
Estado e outros entes públicos	14	1 603,31	665,68
Outras contas a receber	5 e 10	402 694,00	325 076,76
Diferimentos	11	2 544,42	3 196,73
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	90 939,05	92 371,97
Total de ativos correntes		<u>1 714 364,29</u>	<u>939 263,76</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1 723 479,06</u>	<u>948 378,53</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	12	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	301 102,61	301 102,61
Resultados transitados		(194 026,24)	(179 536,54)
Resultado líquido do exercício		146 278,29	(14 489,70)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>303 354,66</u>	<u>157 076,37</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	5, 9 e 25	300 000,00	300 000,00
Total de passivos não correntes		<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	4 631,48	575,63
Estado e outros entes públicos	14	22 341,60	10 223,02
Outras contas a pagar	5 e 15	903 151,32	480 503,51
Acionistas	5, 9 e 25	190 000,00	-
Total de passivos correntes		<u>1 120 124,40</u>	<u>491 302,16</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>1 723 479,06</u>	<u>948 378,53</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

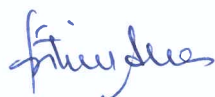
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

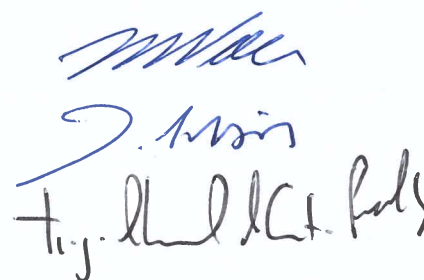
	Notas	31.Dezembro.2018	31.Dezembro.2017
Vendas e prestações de serviços	17	495 561,76	245 786,10
Fornecimentos e serviços externos	18	(91 855,16)	(75 446,79)
Gastos com o pessoal	19	(224 559,99)	(196 191,94)
Outros rendimentos e ganhos	20	1 503,61	30 000,15
Outros gastos e perdas	21	(8 342,28)	(3 795,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		172 307,94	352,38
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		172 307,94	352,38
Juros e gastos similares suportados	22	(11 086,22)	(11 345,35)
Resultado antes de impostos		161 221,72	(10 992,97)
Imposto sobre o rendimento	23	(14 943,43)	(3 496,73)
Resultado líquido individual do exercício		146 278,29	(14 489,70)
Resultados por acção (básico e diluído)		14,628	(1,449)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017		50 000,00	231 102,61	(179 536,54)	(232 754,17)	(131 188,10)
Aplicação do resultado do exercício	12	-	-	(232 754,17)	232 754,17	-
Cobertura de Prejuízos	12	-	-	232 754,17	-	232 754,17
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	(14 489,70)	(14 489,70)
Prestações Suplementares			70 000,00	-	-	70 000,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		50 000,00	301 102,61	(179 536,54)	(14 489,70)	157 076,37
Saldo em 1 de Janeiro de 2018		50 000,00	301 102,61	(179 536,54)	(14 489,70)	157 076,37
Aplicação do resultado do exercício	12	-	-	(14 489,70)	14 489,70	-
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	146 278,29	146 278,29
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		50 000,00	301 102,61	(194 026,24)	146 278,29	303 354,66

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

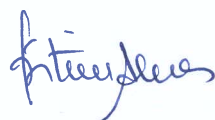
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

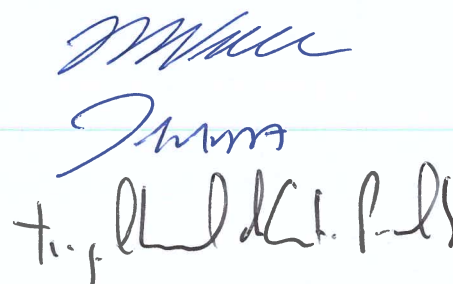
	Notas	31.Dezembro.2018	31.Dezembro.2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		135 789,15	119 321,88
Pagamentos a fornecedores		(83 174,03)	(100 172,14)
Pagamentos ao pessoal		(221 933,68)	(201 800,37)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(169 318,56)</u>	<u>(182 650,63)</u>
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(4 346,17)	(3 742,91)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(7 568,08)	(5 124,90)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(181 232,81)</u>	<u>(191 518,44)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Fluxos das atividades de investimento (2)		-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos capital, prest.supl.,pr.emissão		-	70 000,00
Cobertura de prejuízos		-	232 754,17
Financiamentos obtidos		250 000,00	300 000,00
		<u>250 000,00</u>	<u>602 754,17</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(60 000,00)	(320 000,00)
Juros e gastos similares		(10 200,11)	(9 926,55)
		<u>(70 200,11)</u>	<u>(329 926,55)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>179 799,89</u>	<u>272 827,62</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		<u>(1 432,92)</u>	<u>81 309,18</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	<u>92 371,97</u>	<u>11 062,79</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	<u>90 939,05</u>	<u>92 371,97</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MW-103
m
falves

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Em 30 de Dezembro de 2016, a totalidade das ações da Empresa que eram detidas pela MDS, SGPS, SA foram alienadas à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, à data de 31 de dezembro de 2018, a MDS África, SGPS, SA é a única acionista da Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

MU-TP5
JM
falves

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Tipo de bem</u>	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.



c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é exetável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa integrou durante o exercícios fiscais de 2013 a 2015 no RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, tendo sido registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a Imposto sobre o rendimento. Em 2016, com alienação da totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA, a Empresa sai do RETGS, pelo que o imposto sobre o rendimento de 2016 encontra-se registado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam.

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de

trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de Project Finance, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de due diligence técnico.

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

M.M.
TP1
2
Julian

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Numerário	7 630,38	7 730,61
Depósitos bancários	83 308,67	84 641,36
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	90 939,05	92 371,97
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	90 939,05	92 371,97

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

	Nota	31.dezembro.2018		31.dezembro.2017	
		Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Clientes	8	1 216 583,51	1 216 583,51	517 952,62	517 952,62
Outras contas a receber	10	402 694,00	402 694,00	325 076,76	325 076,76
Caixa e equivalentes de caixa	4	90 939,05	90 939,05	92 371,97	92 371,97
		<u>1 710 216,56</u>	<u>1 710 216,56</u>	<u>935 401,35</u>	<u>935 401,35</u>
		<u>1 710 216,56</u>	<u>1 710 216,56</u>	<u>935 401,35</u>	<u>935 401,35</u>

Passivos Financeiros

	Nota	31.dezembro.2018		31.dezembro.2017	
		Empréstimos e contas a pagar	Total	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivos não correntes					
Acionistas	9 e 24	300 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00
		<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>
Passivos correntes					
Fornecedores	13	4 631,48	4 631,48	575,63	575,63
Outras contas a pagar	14	903 151,32	903 151,32	480 503,51	480 503,51
Acionistas	9	190 000,00	190 000,00	-	-
		<u>1 097 782,80</u>	<u>1 097 782,80</u>	<u>481 079,14</u>	<u>481 079,14</u>
		<u>1 397 782,80</u>	<u>1 397 782,80</u>	<u>781 079,14</u>	<u>781 079,14</u>

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

MW + PS
gr
take

Ativo bruto	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1 764,38	1 764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1 764,38	1 764,38
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2018	-	-
Ativo bruto		
	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1 764,38	1 764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1 764,38	1 764,38
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2017	-	-

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

Empresa	% de detenção	31.dezembro.2018		
		Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	9 114,77	-	9 114,77
Valor bruto		9 114,77	-	9 114,77
Valor líquido		9 114,77	-	9 114,77
Empresa	% de detenção	31.dezembro.2017		
		Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	9 114,77	-	9 114,77
Valor bruto		9 114,77	-	9 114,77
Valor líquido		9 114,77	-	9 114,77

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Brokerslink AG que tem por objeto a mediação de seguros e a gestão de risco.

Esta participação financeira encontra-se registada ao custo de aquisição.

DM
TES
M
Fabian

8 CLIENTES

O saldo de clientes, de 1.216.583,51 Euros em 31 de dezembro de 2018, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 15) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

Em 31 de dezembro 2018 e 2017, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Não Vencido	5 791,28	-
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	-	37 372,76
30 - 90 dias	247 602,82	421 300,44
+ 90 dias	963 189,41	59 279,42
	<u>1 216 583,51</u>	<u>517 952,62</u>

A exposição líquida das contas a receber de clientes, considerando os montantes a pagar às resseguradoras ascende a, aproximadamente, 395.000 Euros.

9 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Acionistas - Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	300 000,00	300 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>

O saldo não corrente da rubrica "Acionistas" diz respeito a suprimentos que não têm maturidade definida e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Acionistas - Passivo corrente		
Financiamentos obtidos	190 000,00	-
	<u>190 000,00</u>	<u>-</u>

O saldo corrente da rubrica "Acionistas" diz respeito a um contrato de cobertura a carências de tesouraria celebrado em 2018 com a MDS Africa, SGPS, com o montante máximo de 5.000.000€, podendo ser utilizado parcial ou totalmente e com um prazo de 1 ano. A taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	397 736,53	241 898,56
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 24)	2 000,00	2 000,00
Outros devedores	<u>2 957,47</u>	<u>81 178,20</u>
	<u>402 694,00</u>	<u>325 076,76</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de "Devedores por acréscimos de rendimentos", cujo montante ascende 397.736,53 Euros, respeita a (i) à especialização de gastos incorridos em 2014 e 2013 a redebitar a terceiros e que foram suportados no âmbito da expansão internacional do Grupo MDS (96.732,98 Euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017); (ii) cedência de comissões diretas da MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a diversos tomadores que são angariados pela MDS RE (29.642,5 Euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017); (iii) valores por faturar à MDS Corretor de Seguros, S.A. e Ed Broking relativamente a comissões do mercado angolano (271.360,05 Euros em 31 de dezembro de 2018 e 115.523,08 Euros em 31 de dezembro de 2017).

11 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de diferimentos é como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Valores devedores		
Seguros	1 921,01	2 586,54
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	556,71	523,43
Outros	66,70	86,76
	<u>2 544,42</u>	<u>3 196,73</u>

12 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS África SGPS, SA	100%
---------------------	------

A 31 de Dezembro de 2018, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 50% pela MDS SGPS, SA e em 50% pela ON FUK ASIA COMPANY LIMITED.

Outros Instrumentos de Capital

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2015 no valor de 234.985,31 Euros.

Durante o exercício de 2017, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2016 no valor de 232.754,17 Euros.

No exercício de 2017 foram constituídas Prestações acessórias no valor de 70.000,00€ através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 4.631,48 Euros e 575,63 Euros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Valores devedores		
Pagamento especial por conta	1 603,31	665,68
	<u>1 603,31</u>	<u>665,68</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	14 904,86	3 369,97
Imposto sobre o valor acrescentado	453,89	-
Retenção na fonte	3 435,00	3 344,00
Contribuições para a Segurança Social	3 543,59	3 507,02
Outros	4,26	2,03
	<u>22 341,60</u>	<u>10 223,02</u>

No final de 2016, a Empresa saiu do RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela MDS SGPS.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Outros credores - partes relacionadas (Nota 24)	15 848,13	15 848,13
Outros credores	821 567,92	406 005,47
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	50 342,98	46 629,72
Juros	10 706,87	9 820,76
Outros	<u>4 685,42</u>	<u>2 199,43</u>
	<u>903 151,32</u>	<u>480 503,51</u>

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 821.567,92 Euros em 31 de dezembro de 2018 corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 8).

16 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
N+1	8 438,13	6 255,13
N+2	8 438,13	3 784,46
N+3	8 438,13	3 784,46
N+4	<u>6 282,88</u>	<u>3 784,46</u>
	<u>31 597,26</u>	<u>17 608,50</u>

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, associadas a estes contratos, ascendeu a 8.467,23 Euros e 8.192,98 Euros, respetivamente (Nota 19).

17 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 495.561,76 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrentes da normal atividade da Empresa. Este valor é decomposto por comissões obtidas na atividade de resseguro, no montante de 478.611,76 Euros (Nota 25) e outras prestações de serviços relacionadas com análise de tratados para resseguro, no montante de 16.950 Euros.

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Deslocações e estadas	41 226,83	28 327,26
Comunicações	5 019,96	3 361,40
Despesas de representação	11 528,81	2 190,29
Trabalhos especializados	11 889,71	22 064,28
Contencioso e notariado	1 561,50	3 125,70
Rendas e alugueres	8 467,23	8 192,98
Seguros	5 006,34	4 719,84
Outros	7 154,78	3 465,04
	<u>91 855,16</u>	<u>75 446,79</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Remunerações	182 748,92	160 236,56
Encargos sobre remunerações	35 907,81	30 790,44
Seguros	4 172,45	4 081,43
Gastos com ação social	482,51	529,71
Outros	1 248,30	553,80
	<u>224 559,99</u>	<u>196 191,94</u>

Durante o exercício de 2018, o número médio de funcionários foi de 3 colaboradores.

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Rendimentos suplementares	440,18	29 642,50
Diferenças de câmbio	1 063,42	0,01
Outros	0,01	357,64
	<u>1 503,61</u>	<u>30 000,15</u>

Em 2017, o valor dos rendimentos suplementares corresponde a cedência de comissões diretas da MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a diversos tomadores que são angariados pela MDS RE.

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de "Outros gastos e perdas" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Impostos	221,68	339,93
Taxas	402,00	908,35
Quotizações	4 040,40	2332,74
Diferenças de câmbio	2 286,44	1,31
Outros gastos	<u>1 391,76</u>	<u>212,81</u>
	<u>8 342,28</u>	<u>3 795,14</u>

22 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Juros suportados (Nota 24)	<u>(11 086,22)</u>	<u>(11 345,35)</u>
	<u>(11 086,22)</u>	<u>(11 345,35)</u>

23 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Imposto corrente	14 904,86	3 496,73
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	38,57	-
	<u>14 943,43</u>	<u>3 496,73</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e de 2017 pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Imposto corrente	14 904,86	3 496,73
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	38,57	-
	<u>14 943,43</u>	<u>3 496,73</u>
	<u>31.dezembro.2018</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Resultado antes de impostos	161 221,72	(10 992,97)
Benefícios fiscais	(8 120,00)	(7 798,00)
Encargos não dedutíveis	641,91	247,54
Lucro / (Prejuízo) fiscal	<u>153 743,63</u>	<u>(18 543,43)</u>
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	-	18 543,43
Prejuízos que não deram origem ao reconhecimento de impostos diferidos	(107 620,54)	-
Taxa de imposto sobre o rendimento	<u>21,00%</u>	<u>21,00%</u>
Coleta	9 685,85	-
Insuficiência/excesso estimativa imposto	38,57	126,76
Derrama	2 306,15	-
Tributação autónoma	2 912,86	3 369,97
	<u>14 943,43</u>	<u>3 496,73</u>
Gastos com imposto corrente	14 943,43	3 496,73
Correção relativa a exercício anteriores	-	-
Total do imposto sobre o rendimento do exercício	<u>14 943,43</u>	<u>3 496,73</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

2018			2017		
Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização	Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização
Gerados antes da entrada no RETGS			Gerados antes da entrada no RETGS		
2012	-	2017	2012	2 077,10	2017
	-			2 077,10	
Gerados após a saída no RETGS			Gerados após a saída no RETGS		
2016	148 795,26	2028	2016	237 872,37	2028
2017	-	2022	2017	18 543,43	2022
	<u>148 795,26</u>			<u>256 415,80</u>	
Total	<u>148 795,26</u>		Total	<u>258 492,90</u>	

24 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser detalhados como segue:

Transações	Juros suportados		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Accionistas	11 086,20	9 868,93	-	-
Outras partes relacionadas	-	1 441,45	3 545,67	19 802,77
	<u>11 086,20</u>	<u>11 310,38</u>	<u>3 545,67</u>	<u>19 802,77</u>
	Vendas e prestação de serviços		Outros Rendimentos	
	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Outras partes relacionadas	353 978,86	151 146,41	416,72	29 642,50
	<u>353 978,86</u>	<u>151 146,41</u>	<u>416,72</u>	<u>29 642,50</u>
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Accionistas	-	-	10 706,87	-
Outras partes relacionadas	658 256,51	243 898,56	17 515,73	16 061,35
	<u>658 256,51</u>	<u>243 898,56</u>	<u>28 222,60</u>	<u>16 061,35</u>
	Empréstimos obtidos			
	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017		
Accionistas	490 000,00	300 000,00		
	<u>490 000,00</u>	<u>300 000,00</u>		

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Remuneração fixa	105 652,66	97 904,88
Remuneração variável	24 809,24	23 918,30
	<u>130 461,90</u>	<u>121 823,18</u>

Em 2018 e 2017, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

Suprimentos

Posição credora	<u>01.janeiro.2018</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
MDS África SGPS	300 000,00	-	-	300 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300 000,00</u>

Operações Financeiras

Posição credora	<u>01.janeiro.2018</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
MDS África SGPS	-	190 000,00	-	190 000,00
	<u>-</u>	<u>190 000,00</u>	<u>-</u>	<u>190 000,00</u>

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.8 – Rébito e Especialização dos exercícios

Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Numerário	478.611,76	245.786,10
TOTAL	478.611,76	245.786,10

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Comissões	478.611,76	245.786,10
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	478.611,76	245.786,10

Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Numerário	22.481,07	82.628,68
TOTAL	22.481,07	82.628,68

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Comissões	22.481,07	82.628,68
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	22.481,07	54.059,53

Total das remunerações faturadas relacionadas com Contratos de Resseguro

Remunerações 2018 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	53 510,49	100%	425 101,27	100%
	0,00	53 510,49	100%	425 101,27	100%

Remunerações 2017 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	40.189,09	100%	205.597,01	100%
	0,00	40.189,09	100%	205.597,01	100%

Níveis de concentração das remunerações faturadas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações 2018			
	2018		2017	
ED Broking	358 358,82 €	74,87%	151 146,41 €	61,50%
GBG Insurance Limites	53 510,49 €	11,18%	40 189,09 €	16,35%
AIG Europe Limited	46 163,07 €	9,65%	0,00 €	0,00%
Africa RE	7 956,16 €	1,66%	10 947,11 €	4,45%
MOZ RE	3 572,18 €	0,75%	4 874,23 €	1,98%
Kenya Re	3 572,18 €	0,75%	4 874,23 €	1,98%
CICA RE	3 572,18 €	0,75%	4 191,84 €	1,71%
SCOR Global P&C SE	1 242,01 €	0,26%	3 742,06 €	1,52%
Mapfre RE	664,67 €	0,14%	2 325,07 €	0,95%
Munich RE	- €	0,00%	14 460,98 €	5,88%
Swiss RE	- €	0,00%	9 035,07 €	3,68%
TOTAL	478 611,76 €	100,00%	245 786,09 €	100,00%

Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	31 de Dezembro de 2018 (€)	31 de Dezembro de 2017 (€)
Início exercício	106,24	58,27
Final do exercício (Nota 4)	18 009,42	106,24
Volume movimento do exercício		
A débito	71 685,33	198 560,56
A crédito	53 782,15	198 608,53

Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2018 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	1.213.784,07	537,25
Empresas de Resseguros		818.410,29
TOTAL	1.213.784,07	818.947,54

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	517.952,62	
Empresas de Resseguros		332.891,99
TOTAL	517.952,62	332.891,99

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2018 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	1.213.784,07	818.947,54
TOTAL	1.213.784,07	818.947,54

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2017	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	517.952,62	332.891,99
TOTAL	517.952,62	332.891,99

Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato em Euros

Contas	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ 90 dias	Total
Clientes Gerais - sem imparidade	5.791,28	247.602,82	963.189,41	1.216.583,51

Transações Financeiras Resseguradores/Cedentes

Durante o exercício de 2018, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº 3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguradores, durante o ano 2018, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação

das quantias recebidas (nº 3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Garantia Bancária

Para cumprimento do disposto no nº 13-A da Norma Regulamentar 17/2008-R, a sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Económica Montepio Geral para cobertura de responsabilidades até ao montante de 37.520 € (Mediação Seguros: 18.760€; Resseguro: 18.760€). Em 2017 a garantia bancária era no montante de 37.520 €.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2018 e até esta data que necessitem ser divulgados.

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2018, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,



(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,



(José Manuel Queiróz Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvia)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.723.479,06 euros e um total de capital próprio de 303.354,66 euros, incluindo um resultado líquido de 146.278,29 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Clientes" inclui um saldo de, aproximadamente, 271.000 Euros com a Ed Broking LLP, o qual foi objeto de análise por parte da Entidade durante 2019. Em resultado da análise desenvolvida pela Entidade em conjunto com o referido cliente apurou-se um conjunto de matérias, as quais vieram a ser corrigidas durante o exercício de 2019, e que se traduziram na redução de, aproximadamente, 76.000 Euros da referida rubrica. Consequentemente, é nosso entendimento que o valor do ativo e do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, se encontram sobreavaliados naquele montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme é visível no anexo às demonstrações financeiras a Entidade tem diversos clientes no mercado angolano o que tem vindo a implicar a dilatação de prazos de realização dos ativos decorrentes da sua atividade operacional nomeadamente no que respeita a contas a receber de clientes (Nota 5) e acréscimos de rendimentos a receber (Nota 10), o que influencia de forma determinante as necessidades de fundo de maneo e a rentabilidade da operação da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
-
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 20 de setembro de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.


Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma reserva e uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" da Certificação Legal das Contas, e tendo em consideração o descrito na secção "Ênfase" da mesma, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 20 de setembro de 2019


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC